

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER

TATIANE CRISTINA LIMA FRIEDRICH

DESIGUALDADE DE GÊNERO, DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO
RURAL NO MUNICÍPIO DE AGUDO/RS

Porto Alegre

2022

TATIANE CRISTINA LIMA FRIEDRICH

**DESIGUALDADE DE GÊNERO, DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO
RURAL NO MUNICÍPIO DE AGUDO/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Nome do Orientador

Porto Alegre

2022

TATIANE CRISTINA LIMA FRIEDRICH

**DESIGUALDADE DE GÊNERO, DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO
RURAL NO MUNICÍPIO DE AGUDO/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 21 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr^a. Daniela Dias Kuhn - Orientadora

UFRGS

Prof. Dr^a. Daniela Dias Kuhn - Orientadora

UFRGS

Prof. Daniela Dias Kühn

Instituição Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedicatória –

Homenageio minha mãe e todas a agricultoras que contribuíram para o resultado desta pesquisa, pois sem os trabalhadores do campo, agricultores e agricultoras, as pessoas das cidades não sobreviveriam.

AGRADECIMENTOS

Andressa Ramos Teixeira

Daniela Dias Kühn

Hiassanna Buske

Roberta de Alencastro Guimarães

RESUMO

A pesquisa buscou através da coleta de dados identificar a incidência da Desigualdade Gênero em relação as agricultoras da localidade de Linha Teutônia-Agudo/RS. Os resultados revelam que as práticas que resultam na assimetria das relações entre homens e mulheres continuam sendo reproduzidas no âmbito da agricultura familiar nesta localidade, o que não contribui para a diminuição das desigualdades no campo. Revela, entretando, que há um movimento de recusa por parte das agricultoras que, por meio da ação coletiva, têm dado início a um processo emancipatório que as levam a tomar consciência de suas próprias necessidades. Essa análise permite ainda que sejam tecidas algumas considerações a respeito das políticas públicas de apoio à agricultura familiar com recorte de gênero.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desigualdade de Gênero; Relações Homens Mulheres

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The research involved data collection so that there was recognition or not of the incidence of Gender Inequality in relation to farmers in the locality of Linha Teutônia-Agudo/RS.

The results reveal that the practices that result in the asymmetry of relations between men and women continue to be reproduced in the context of family farming, which does not contribute to the reduction of inequalities in the field. However, they reveal that there is a movement of refusal on the part of farmers who, through collective action, have initiated an emancipatory process that lead them to become aware of their own needs. This analysis also allows some considerations to be made about public policies to support family farming with gender.

Keywords: Family Agriculture; Gender Inequality; Women's Relations

LISTA DE FIGURAS

Figura 1

Fluxograma da Pesquisa Fluxograma da Pesquisa 30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	
Referente a Escolaridade das Agricultoras Entrevistadas.....	32
Gráfico 2 –	
Referente ao Número de Filhos das Agricultoras Entrevistadas.....	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	
Informações da Pesquisa.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

DEE- Departamento de Economia e Estatística

EMATER/RS - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SPGG- Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

UPA - Unidade de Produção Agrícola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.2. OBJETIVOS	19
1.3.1. Objetivos específicos	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 CONCEITO DE GÊNERO	20
2.2. DESIGUALDADE DE GÊNERO	20
2.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	21
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	26
4. RESULTADOS DA PESQUISA: DESIGUALDADE DE GÊNERO NA COMUNIDADE DE LINHA TEUTÔNIA	30
4.1 O PERFIL DAS AGRICULTORAS	30
4.2 PERFIL DA UNIDADE PRODUTIVA E DIVISÃO DO TRABALHO FAMILIAR	34
4.3 COMO ELAS PERCEBEM SEU PAPEL NA PROPRIEDADE.....	35
5. ANÁLISE DOS DADOS	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE I	45
APÊNDICE II	46

1 INTRODUÇÃO

Uma questão importante enfrentada pelas mulheres ainda hoje é a desigualdade de gênero. Segundo JALIL (2009) a desigualdade de gênero é a maneira ou forma desigual como um dos sexos é tratado na sociedade, na forma de opressão, discriminação, ou outras formas, que fazem com que o indivíduo se sinta excluído, inferiorizado ou menosprezado.

A categoria de gênero, como instrumento de análise, nos auxilia a perceber e descrever as diversas formas de opressão e desigualdade que se organizam e ganham coerência nas práticas sociais, trazendo-as para o campo do ordinário e do cultural, desnaturalizando os discursos, as práticas e percebendo que essas desigualdades não se justificam apenas pelas diferenças sexuais. (JALIL. 2009, p. 66)

Conforme Lusa (2012), no meio rural a discriminação de gênero afeta as mulheres de formas diversas. Muitos homens deixam de lado o direito de suas companheiras para tomarem decisões referentes a propriedade, as colocando em situação de submissão, seja sobre seu futuro econômico ou em relação a bens e valores por ela herdados. Em diversas ocasiões, as mulheres são consideradas incapazes de decidir o que fazer com seu próprio patrimônio. Mesmo trabalhando arduamente ao lado de seus companheiros, e muitas vezes sozinhas para o sustento da família, o reconhecimento de sua contribuição não é alcançado.

A divisão do trabalho se dá comumente, como apontam Schul e Silva (*apud* Engels, 1977), com as mulheres sendo responsáveis pela criação dos filhos e tarefas domésticas, submissas às ordens e determinações do sexo masculino. Essa realidade também pode ser percebida ainda hoje no meio rural.

[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (SCHUH, SILVA, *apud* ENGELS, 1977, p.70-71).

Segundo Schwendller (2002), a divisão do trabalho desigual é aplicada não somente no meio rural, mas também nos centros urbanos, tendo no ambiente familiar um espaço estruturante desta divisão.

A educação na família constitui-se num importante espaço de construção de gênero, onde os pais educam as meninas e os meninos para determinadas funções sociais, gostos, competências. Na cultura do campo, geralmente, a menina aprende com a mãe, as lidas de casa, os cuidados para com os filhos, o preparo da horta, aprendendo raramente, a discutir política, planejar a produção, negociar

e comercializar o produto. Isto cabe ao filho homem, o qual também, muitas vezes, não aprende as lidas da casa e o cuidado com as crianças (Schwendler, 2002, p. 2).

À divisão desigual de trabalho e poder de decisão vinculada ao gênero é somado outro aspecto no cenário de desigualdades, que Quirino (2015) apresenta como dupla jornada de trabalho. Mesmo inserida no mercado formal de trabalho e contribuindo com a renda familiar as mulheres ainda se mantêm exclusivamente responsáveis pelas tarefas da casa. No meio rural esta dupla jornada se revela aliando o trabalho das atividades agrícolas e de pecuária nas unidades produtivas, ao trabalho em suas casas, incluindo os afazeres domésticos e cuidados com a família. As agricultoras não têm remuneração, nem pelo seu trabalho agrícola e muito menos pelas atividades domésticas (HIRATA E KÉRGOAT, 2001).

[...] na sociedade capitalista atual a mulher padece de uma dupla carga: a opressão, traduzida no preconceito e na marginalização pela sua própria condição feminina e por outro lado, na exploração econômica, por estar inserida na dupla jornada de trabalho como trabalhadora assalariada e doméstica. (QUIRINO, 2015, p.7)

De acordo com o estudo realizado em 2019, pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE), da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) Estado do Rio Grande do Sul, apenas 12,2% dos estabelecimentos da agricultura familiar no estado são chefiados por mulheres.

[...]o Rio Grande do Sul tem 365.094 estabelecimentos rurais, sendo 293.892 relativos à agricultura familiar (80,5%). Considerando apenas essa modalidade, 12,2% dos estabelecimentos são chefiados por mulheres no Estado, abaixo do registrado no Brasil, onde 19,7% dos locais estão sob chefia de mulheres. (RIO GRANDE DO SUL, 2021)

Para Brumer (2004) esta é uma das razões do êxodo rural feminino no Estado do Rio Grande do Sul. Trabalhadoras rurais deixam o interior para tentar uma chance nos centros urbanos em busca de reconhecimento, novas oportunidades, e principalmente renda própria, pois no meio rural a renda de seu trabalho fica sob domínio do conjuge, ou sob o poder dos pais, quando ainda residem na casa de seus genitores.

A realidade do êxodo rural em que se incluem as mulheres é caracterizada tanto pela migração mais expressiva tanto de mulheres adultas como de jovens, o que vem

caracterizando um processo de envelhecimento e masculinização no campo, (BRUMER, 2004)

A seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tenrificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra (BRUMER, 2004).

Esse conjunto de problemáticas que passa pela vida das mulheres do meio rural traz uma série de questões sobre a desigualdade de gênero e a situação das mulheres inseridas no rural. Esta pesquisa busca identificar a incidência dos fatores de desigualdade de gênero no contexto do município de Agudo, Rio Grande do Sul.

O município de Agudo, localizado na região central do Rio Grande do Sul, formou-se pela emancipação de seu território dos municípios de Cachoeira do Sul e Sobradinho, em 16 de fevereiro de 1959 (LIPKE, 2010)

Assim, como na economia, a população do município também apresenta sobreposição do rural sobre o urbano, apresentando, de acordo com o último censo demográfico, uma população de 16,722 habitantes, dos quais 9.833 vivem no campo e 6.889 vivem na cidade. (IBGE, 2010).

Com população rural predominante, o município apresenta 45.880 hectares de área ocupada por 2.073 estabelecimentos agropecuários. Deste total, o produtor¹ responsável pela condução do estabelecimento 1.874 (90%) são homens e apenas 197 (10%) são mulheres (IBGE, 2010). Se comparado aos resultados em escala nacional do censo agropecuário, que indica que no Brasil 18,7% dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por mulheres e 81% por homens, o município de Agudo apresenta uma

¹ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística utiliza no censo agropecuário a denominação Produtor para caracterizar “[...] a pessoa física, independentemente do sexo, ou a pessoa jurídica responsável pelas decisões na utilização dos recursos, e que exerce o controle administrativo das operações que envolvem a exploração do estabelecimento agropecuário. O produtor tem a responsabilidade econômica ou técnica da exploração e pode exercer todas as funções direta ou indiretamente, por meio de um administrador (no caso do produtor ser uma pessoa jurídica). Não se deve confundir o produtor com o proprietário das terras.” (IBGE, 2019, p.16).

desproporção mais significativa no que se refere ao sexo do produtor(a) que conduz o estabelecimento, mas se enquadra na relação dos estados brasileiros das regiões Sul e Sudeste, que apresentam uma média menor de mulheres no condução dos estabelecimentos que as demais regiões brasileiras. Os estados das regiões Sul e Sudeste apresentam de 10% a 15% dos estabelecimentos agropecuários conduzidos por mulheres (IBGE, 2017).

Já a Linha Teutônia, comunidade rural nas cercanias da sede do município de Agudo, localidade de interesse desta pesquisa, possui um total de 53 domicílios, sendo todos particulares, 41 estabelecimentos agropecuários e 12 estabelecimentos de outras finalidades (comercial, religioso, outros). Sua população, estimada pela Secretaria Municipal de Agricultura, é de 183 moradores.

O tabaco é o produto que mais se cultiva na localidade pesquisada, sendo ele o maior gerador de renda das famílias locais.

Estes aspectos permitem refletir sobre o cenário em que as mulheres vivem, e como elas se identificam na relação com o trabalho em seus espaços de vida, levantando questões que podem apontar para a desigualdade de gênero: que papéis as mulheres desempenham nas dinâmicas das unidades familiares de produção; qual sua participação na tomada de decisão e na gestão das atividades produtivas; como elas percebem a desigualdade de gênero, e de que forma ela impacta nas suas vidas?

Alinhando estas realidades que acompanham as mulheres do campo em diversos lugares e ao contexto local e as diversas questões que surgem, coloca-se como questão de pesquisa que ampara este trabalho: como se dá a distribuição do trabalho e a desigualdade de gênero no interior das unidades produtivas agrícolas da Linha Teutônia – Agudo/RS. Qual a situação da desigualdade de gênero em relação a mulher das famílias de Linha Teutônia, e como é a percepção das mulheres sobre esta questão é o que esta pesquisa pretende levantar.

Buscaremos investigar através de entrevistas com agricultoras, uma por família e a mulher da geração atual, se ela tem a percepção de desigualdade de gênero em sua família, se reconhecem a si mesmas como discriminadas, como veem sua participação nas decisões acerca da família e da propriedade, se identificam como dependentes ou independentes de seus parceiros.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Qual a situação da desigualdade de gênero nas famílias da localidade de Linha Teutônia no município de Agudo/RS.

1.2. OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar a percepção da influência da desigualdade de gênero na comunidade de Linha Teutônia (Agudo/RS).

1.3.1. Objetivos específicos

- A- Identificar o perfil das agricultoras de 10 famílias da comunidade de Linha Teutônia, Agudo/RS;
- B- Descrever a divisão de trabalho na unidade familiar;
- C- Identificar qual a visão destas agricultoras em relação ao papel delas na propriedade.

O trabalho é apresentado em cinco capítulos, a começar por esta introdução em que se contextualiza a problemática de pesquisa e indicam-se os objetivos da pesquisa; um segundo capítulo dedicado a revisão bibliográfica; seguido pelo capítulo em que são apontados os caminhos metodológicos para levantamento, sistematização e análise de dados; o capítulo de resultados; e por fim as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando que o presente trabalho trata sobre desigualdade de gênero, e a divisão do trabalho, o referencial teórico é desenvolvido em dois tópicos complementares. O primeiro, trata o conceito da desigualdade de gênero. O segundo tópico apresenta a discussão referente ao lugar da mulher na divisão do trabalho.

Conhecer, os conceitos de desigualdade de gênero e divisão do trabalho nos dão aporte para analisar condição das mulheres frente a desigualdade de gênero, quais os fatores a serem considerados e, em complemento compreender a noção de divisão sexual do trabalho, e os aspectos envolvidos trazem elementos complementares para olhar a desigualdade de gênero por tal enfoque.

2.1 CONCEITO DE GÊNERO

Conforme Heilborn e Rodrigues (2018), gênero seria o que diferencia biológica e fisicamente um sexo do outro.

2.2. DESIGUALDADE DE GÊNERO

Os temas igualdade e desigualdade abarcam diversos aspectos, que dependendo do nível de aprofundamento para o qual vão evoluindo tem seus debates e construções frequentemente renovados e complexificados, tendendo a incluir novas dimensões e abordagens. Nesse processo de evolução, a igualdade na modernidade não é mais compreendida como um princípio uniformizador, mas que reconhece que as pessoas se diferenciam por valores, objetivos, por características pessoais, como condições orgânicas e de saúde, habilidades físicas e mentais, idade, sexo, raça, além de circunstâncias individuais que envolvem distintos contextos sociais, ambientais, culturais e econômicos (TEIXEIRA, 2010).

Para Silva e Barros (2002) os conceitos de igualdade e de desigualdade podem ter o sentido comparativo, pois os semelhantes são considerados em análise comparativa iguais, e os que não se assemelham, ou possuem características que os diferenciam dos outros são considerados desiguais.

As noções de igualdade e desigualdade remetem a dimensões específicas de análise, na medida em que todos podem ser considerados iguais aos outros se tomados por uma característica genérica o suficiente para ser extensiva a

qualquer um; ou podem ser considerados completamente desiguais, se comparados por condição tão restritiva que resulte em uma quase individualização. (SILVA E; BARROS, p.375, 2002).

Quando se foca em desigualdade de gênero dentro da dinâmica social trata-se sobre “critérios mais justos e igualitários de distribuição, entre os sexos, das diversas responsabilidades implicadas na vida em sociedade (...) e dos direitos e as garantias que a ordem social provê, em vista dessa distribuição e das características que definem cada sexo.” (TEIXEIRA, 2010, p. 254).

Na sociedade, segundo Lemos (2018), a desigualdade de gênero é visível, pois em muitas empresas, mulheres dificilmente ocupam cargos importantes, e aos que elas são submetidas geralmente são supervisionadas por homens, deixando as com o sentimento de incapacidade e fraqueza.

Conforme Santos (2008), devido sua posição na estrutura social, a mulher sofre desvantagem em relação aos homens, sendo prejudicadas em âmbito de poder social e no bem estar material.

A opressão de gênero define-se como uma situação em que homens e mulheres, enquanto categorias distintas de atores, diferem sistematicamente em termos de poder social e bem-estar material. As relações de gênero geram uma opressão da mulher na medida em que ela, enquanto categoria, sofre diferentes tipos de prejuízo em virtude dos padrões sociais prevalecentes nas relações entre homens e mulheres. (SANTOS, 2008, p360)

Frente ao conjunto de desigualdades de gênero que cruzam as vidas cotidianas de homens e mulheres, colocando as mulheres em desvantagem na estrutura social formada a partir destas construções, está a desigualdade de gênero na divisão do trabalho, aspecto de interesse desse trabalho e apresentado a seguir.

2.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A divisão do trabalho estruturada a partir das "relações sociais de sexo" separou para as mulheres a esfera reprodutiva e para os homens, a esfera produtiva, formando uma relação assimétrica entre os sexos, que se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro (SOUZA E GUEDES, 2016).

Tradicionalmente, as mulheres são atribuídas os cuidados do grupo familiar, e aos homens é atribuído o papel de provedor dos meios de subsistência e da proteção da família. Atrelado a isso, ao homem é associado o papel de protagonista por estar vinculado as atividades vistas como privilegiadas por estarem relacionadas à economia de mercado. Enquanto a mulher, protagonista das atividades relacionadas à economia doméstica, fica relegada a privacidade domiciliar, estando excluída de espaços de intervenção e, por consequência, de visibilidade externas (TEIXEIRA, 2010).

Para o bem e para o mal, a dinâmica das sociedades contemporâneas tem alterado esse quadro, abrindo espaço para o exercício desses papéis por homens ou por mulheres, indistintamente. Para o bem, porque se garante à mulher maior liberdade para determinar sua existência de acordo com sua vontade, sendo-lhe hoje acessíveis maiores espaços de atuação na vida social e no mercado de trabalho. Para o mal, porque, como a sociedade atribui maior valor e recompensas a tudo o que diga respeito à economia de mercado (trabalho produtivo) e como, em tese, não há mais um segmento social específico (as mulheres) encarregado das atividades de economia doméstica (trabalho improdutivo), faz-se necessária a assunção desse encargo por novos atores. (TEIXEIRA, 2010, p. 258).

Sobre a responsabilidade dos homens pelo sustento da casa, não exercendo as tarefas domésticas, e as deixando para serem desempenhadas pelas mulheres Ribas (2019) destaca.

Aos homens não cabiam atividades domésticas, sendo que esses eram os maiores e, por vezes, únicos responsáveis pelo provimento do sustento de suas casas, situação essa que acabava por colocar as mulheres “à sombra dos homens” gerando uma dependência das mesmas em diversos âmbitos da vida. (RIBAS, p.19, 2019)

Direcionado a divisão trabalho, Mello, Engels apud Quirinos (1977), tem a visão de que a primeira divisão de trabalho aconteceu entre homem e mulher, em relação a “procriação dos filhos”, que deixa a mulher responsável por cuidar, e educar os filhos dentro do ambiente privado.

[...]o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.} (MELLO e ENGELS apud QUIRINOS, 1977, p. 70-71)

Somente pode ser considerado divisão a partir do trabalho material, mas também em âmbito espiritual, ou seja, quando sua consciência permite tal ato, ou se negue a aceitá-lo. No entanto, a divisão sexual do trabalho se dá pelo fato de mulheres aceitarem se encontrar em certas situações (Marx apud Santos, 2007).

Em relação a divisão sexual do trabalho, considerando que desde tempos passados os afazeres domésticos não eram considerados importantes, pois as mulheres muitas vezes por serem responsáveis por designar estas tarefas, seriam incapazes de se sustentar. Pois o que elas desempenham de tarefas era considerar menos produtivo do que os homens desempenhavam, economicamente pensando, Alves (2013).

O trabalho doméstico não era levado em conta nas discussões a respeito da reprodução das futuras gerações; conseqüentemente, era difícil para elas conseguirem ganhar a vida sozinhas ou produzir algum valor econômico expressivo. Contavam também para diminuir os salários das mulheres os argumentos de que elas eram menos produtivas do que os homens, pois não trabalhavam tão arduamente quanto eles; além do mais, o que produziam importava um menor valor econômico. (ALVES, 2013)

A divisão sexual do trabalho, conforme Alves (2013), se dá devido às diferenças de anatomia, pela compleição feminina ser menor, ou mais fraca, as tarefas destinadas às mulheres seriam determinadas conforme sua “condição física”, gerando a percepção de que produziriam menos que os homens. Por conta disto seriam subordinadas as ordens do sexo masculino, recebendo remunerações menores.

O trabalho para o qual as mulheres eram contratadas era considerado “trabalho de mulher”, dito como apropriado às suas capacidades físicas e produtivas, determinando sempre a elas as funções mais baixas na hierarquia ocupacional e menores salários. (ALVES, 2013, 283)

Alves (2013) ressalta que a forma como as mulheres foram educadas, historicamente falando, contribuiu muito para que se chegasse a este cenário de desigualdade, submissão e discriminação, aceitando a situação de inferioridade. Esta desigualdade de gênero persiste, tanto no meio rural quanto no meio urbano, assim como a divisão sexual do trabalho. Ainda nos dias de hoje as mulheres comumente seguem subordinadas às ordens de homens, nas empresas privadas e na vida rural, muitas vezes percebendo isto como natural devido a forma como foram educadas.

[...]a tradição de inferioridade, de subordinação e de desvalorização do trabalho da qual tem sido vítima historicamente a mulher contribuiu para a sua marginalização nas funções produtivas, educando-a de modo submisso para que o capitalismo extraísse o máximo de trabalho excedente. (ALVES,2013)

No meio rural esta divisão do trabalho geralmente se dá com as mulheres ficando responsáveis pelas tarefas da casa – limpeza, alimentação, educação dos filhos – e do cuidado com hortas e das criações de auto sustento, já o homem, considerado como chefe de família, é responsável pelas questões referentes à propriedade e às atividades produtivas geradoras de renda - como de lavouras e criações de caráter comercial – eventualmente ajudado pela mulher, que entretanto é vista como mera ajudante. As atividades domésticas, não gerando renda perceptível, não são valoradas. Refletindo a partir de dados de estudos conduzidos pela Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná, vinculado ao Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER) Silva e Schneider (1996) elaboram importantes reflexões a respeito da desigualdade de gênero,

Na agricultura, estudos demonstraram (DESER – CEMTR/PR, 1996) que o trabalho familiar ainda mantém desigualdades de gênero, privilegiando o homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade. As mulheres devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar, ou seja, cultivo de horta e ervas medicinais, pequenas criações, assim como a atividade leiteira. Os homens devem cuidar das atividades produtivas, ou seja, voltadas para o mercado, enquanto consideram que as mulheres apenas “ajudam”, o que reflete a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade, já que as tarefas domésticas não geram renda monetária. (SILVA e SCHNEIDER, 1996)

Em complemento Lemos (2018) indica que em pequenas propriedades rurais a divisão do trabalho, tanto as tarefas de produção agrícola, quanto as atividades da casa, seguem desta forma; os homens são os responsáveis pela propriedade, plantio comercialização da produção, negociação dos insumos, e outras compras; enquanto as mulheres cuidam da casa, dos filhos, da horta e de outras tarefas consideradas leves.

Detalhando a questão da divisão do trabalho e sua carga horária, em artigo publicado no portal JUSBRASIL, Elizabeth Oleriano (2020), descreve desta forma a divisão de trabalho homem/mulher: mulheres responsáveis pela horta, cuidados com as criações animais, trabalhos agrícolas, educação com os filhos, tarefas domésticas,

chegando a trabalhar em média dezoito horas por dia, homens responsáveis pelas atividades agrícolas.

Observamos, contudo, a divisão do trabalho no campo, as mulheres são responsáveis pela horta e criação de animais, além dos trabalhos agrícolas. Se pararmos para pensar, as mulheres se dedicam, em média, 18 horas realizando afazeres domésticos, cuidando dos filhos, embora já tenham avançado nesse sentido. (OLERIANO, 2020)

As tarefas são subjetivamente consideradas leves ou pesadas, e a partir deste julgamento, se dá a divisão sexual do trabalho. Seriam tarefas leves aquelas vinculadas ao lar, já atividades que demandam o uso da força, como trabalhar na colheita, ir em busca de água, quando estava ficava distante da propriedade, ditas tarefas pesadas, são desempenhadas pelos homens, (BRUMER, 2004).

É preciso destacar que o caráter de ‘pesado’ ou ‘leve’ da atividade é relativa e culturalmente determinado, uma vez que, na esfera de suas atividades (doméstica), a mulher executa tanto trabalhos ‘leves’ como trabalhos ‘pesados’ (como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, carregar os filhos e buscar água em lugares distantes do domicílio). Essa constatação levou Maria Ignez Paulilo a concluir que “o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa), não devido a suas características, mas devido à posição ocupada na hierarquia da família por aqueles que executam o trabalho”.¹² Em síntese, a posição subordinada das mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários é assim evidenciada. (BRUMER, p.211, 2004).

Esta divisão sexual do trabalho denota desigualdade de gênero, pois a partir do momento em que homens e mulheres estão restritos à certas atividades evidencia-se a discriminação pelo seu sexo.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Uma pesquisa se inicia, a partir do momento em que temos uma pergunta, no entanto pesquisar significa procurar por uma resposta para a pergunta, Gerhardt e Silveira (2009). Para procurar a resposta é preciso estar apoiada ao método, que segundo estes autores, de maneira simples e direta, são as técnicas usadas para alcançar os objetos de uma pesquisa.

A presente pesquisa, direcionada à análise de desigualdade de gênero se utilizou de métodos de pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, com objetivo descritivo, partindo de pesquisa bibliográfica, tendo como instrumento de pesquisa uma entrevista semiestruturada.

Segundo Souza (2018), o método científico torna-se percebido quando são estipuladas etapas ou passos a serem seguidos, porém não é o pensamento em forma de cadeia em sequência que pode influenciar na verdade do conhecimento, mas a prática da ciência ou da pesquisa através da conformação a algumas regras.

O método científico torna-se percebido quando há etapas ou passos, porém, não é o pensamento em forma de marcha que influencia na verdade do conhecimento, mas a prática da ciência ou da pesquisa através da conformidade de algumas regras (SOUZA, 2018)

A utilização dos métodos qualitativo e quantitativo em união, facilita na compreensão do resultado da pesquisa, do que usar um dos métodos unicamente, pois um seria para completar o outro (SOUZA, 2018).

Para fins deste estudo buscamos dados qualitativos e quantitativos coletados de um mesmo grupo de amostragem, de forma a aliar os dados estatísticos de caracterização da amostra a informações subjetivas que buscam identificar a percepção individual sobre as questões de pesquisa propostas.

Assim, a partir de uma entrevista semiestruturada, se constitui a pesquisa de caráter quantitativo, com a tabulação dos dados primários, com o fim de traçar um perfil deste grupo de análise, e a pesquisa de caráter qualitativo, com o foco de identificar a percepção da amostra entrevistada acerca da própria realidade.

A pesquisa qualitativa tem um campo amplo, e permite analisar a percepção, a visão dos indivíduos envolvidos no estudo de caso, pois são considerados os pontos mais relevantes da pesquisa da autora (GODOY, 1995).

Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos”. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “I captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995).

Em relação à pesquisa qualitativa, o pesquisador tem o papel de objeto e de sujeito, o mesmo precisa ter percepção, visão sobre a pesquisa. Sua opinião pode estar integrada na pesquisa. Este traça uma estratégia, planeja o caminho a ser percorrido, como descreve Nasser (1991).

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (NASSER, apud DESLAURIERS, 1991, p. 58)

A pesquisa quantitativa, requer questionar, investigar um número determinado de indivíduos, a fim de realizar um levantamento numérico e de caráter estatístico, nas qual o pesquisador de mantém neutro, somente como observador do objeto da pesquisa. Para trabalhar e descrever os dados assim obtidos o pesquisador pode usar gráficos, quadros ou tabelas. O questionário é aplicado de maneira que as respostas sejam objetivas, restritas a sim ou não, ou com respostas numéricas, (GERHARDT, SILVEIRA 2009)

A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno. (GERHARDT, SILVEIRA, 2009)

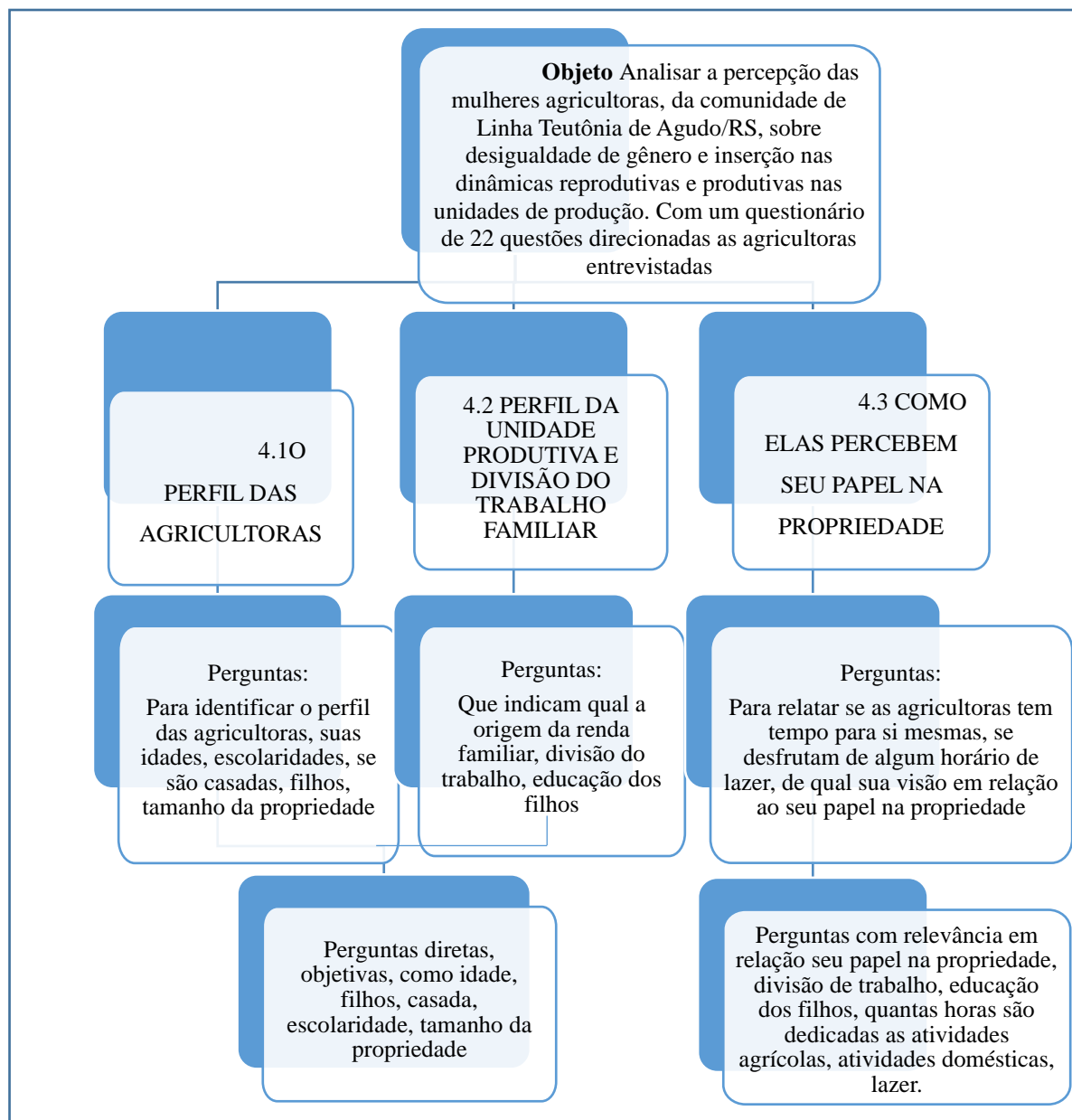
As questões organizadas nas entrevistadas versam sobre a rotina familiar e na propriedade, a divisão do trabalho, a percepção do espaço doméstico e do espaço social das entrevistadas.

O presente trabalho realizou uma pesquisa de campo, entrevistando 10 mulheres residentes na localidade de linha Teutônia, localidade da área rural do município de Agudo/RS, aplicando uma entrevista baseada roteiro preestabelecido, apresentado no Apêndice A deste trabalho.

A escolha das entrevistadas se deu a partir de facilidade de acesso e aproximação, uma vez que participam de trabalho de campo sobre gênero pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural/RS (EMATER/RS), interagindo entre si e com extensionistas da instituição. Elas participam regularmente de reuniões, palestras, encontros de troca de experiências com agricultoras de outras localidades e, também de outros municípios, organizados pela instituição.

Na localidade de Linha Teutônia há uma escola de Ensino Fundamental Completo, Escola Três de Maio, conforme site da Prefeitura Municipal de Agudo/RS. Em média residem cerca de 29 famílias na localidade, conforme informou funcionário da Prefeitura Municipal de Agudo/RS, responsável pelo setor de bloco de produtores rurais, ou seja, Secretaria da Fazenda

Figura 1 Fluxograma de organização da pesquisa



4. RESULTADOS DA PESQUISA: DESIGUALDADE DE GÊNERO NA COMUNIDADE DE LINHA TEUTÔNIA

Este capítulo seção é dedicado à análise dos dados coletados, detalhando no primeiro momento o perfil das entrevistadas pela tabulação de seus dados e nas seções seguintes o perfil das propriedades onde residem e finalmente sua percepção sobre seu papel na família, propriedade e meio social.

4.1 O PERFIL DAS AGRICULTORAS

No quadro 1 tabulamos informações obtidas nas entrevistas, buscando traçar o perfil das entrevistadas, de sua família e propriedade.

Quadro 1 Tabulação dos dados das entrevistadas

Entrevistadas	Idade	Escolaridade	número de filhos	casada ou em união estável	qtd pessoas na família	Possui carteira de Habilitação	Tamanho da propriedade (ha)	Escolaridade do companheiro
1	31	Cursando Superior	1	Não	2	Não	0,5	-
2	39	Sétimo ano do Ensino Fundamental	1	Sim	3	Não	12	Quinto ano do Ensino Fundamental
3	39	Ensino Fundamental completo	1	Sim	3	Não	8	Sexto ano do Ensino Fundamental
4	56	Quarto ano do Ensino Fundamental	3	Sim	2	Não	13,5	Ensino Fundamental completo
5	70	Quarto ano do Ensino Fundamental	3	Sim	2	Não	17,8	Terceiro ano do Ensino Fundamental
6	57	Quarto ano do Ensino Fundamental	3	Sim	3	Não	7,3	Quinto ano do Ensino Fundamental
7	49	Ensino Médio Completo	3	Sim	5	Não	7	Sexto ano do Ensino Fundamental
8	42	Técnico em Enfermagem	1	Sim	3	Sim	16	Segundo Ano do Ensino Médio
9	55	Ensino Médio Completo	2	Sim	3	Não	25	Ensino Médio Completo
10	31	Ensino Médio Completo	2	Sim	4	Não	7	Sétimo ano do Ensino Fundamental

Fonte: elaborado pela autora

No que se refere à presença de um companheiro na Unidade de Produção Agrícola (UPA), observa-se que apenas uma das entrevistadas não possui companheiro. Todas as agricultoras têm filhos, variando de um a três por família.

Dentre todas as entrevistadas, somente uma possui carteira de habilitação, todas possuem acesso à internet, celular e smartphone, acessam as redes sociais, incluindo a participação no grupo de WhatsApp de mulheres da EMATER e outros grupos, nos quais trocam informações como, receitas, ideias de artesanatos, trocas de mudas e sementes frutíferas, combinam excursões e passeios para balneários, praias, pontos turísticos do estado do Rio Grande do Sul, encontros e palestras.

Todas as agricultoras entrevistadas moram na localidade de Linha Teutônia-Agudo/RS.

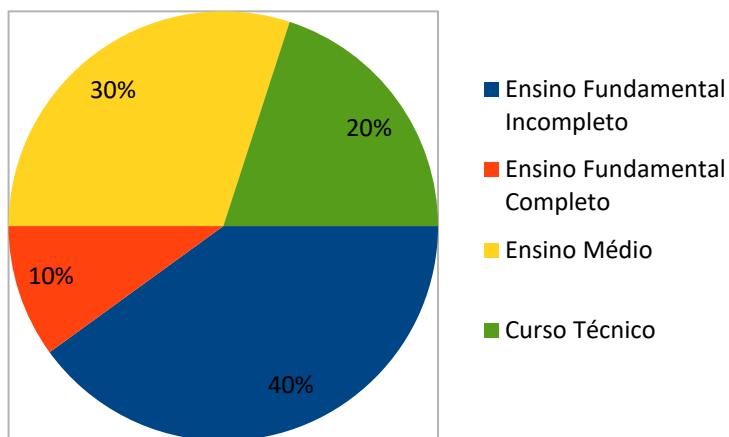
Entre as agricultoras entrevistadas apenas uma não tem sua origem familiar vinculada ao rural, todas as demais entrevistadas têm seus antepassados, como bisavós, avós, pais e mães atrelados as lidas e modos de vida do campo

As propriedades são de tamanhos 0,5 a 25 hectares, caracterizando todas as UPAs na categoria de agricultura familiar, em todas as propriedades há hortas para o suprimento da alimentação da família, com cultivo de hortaliças, cujo cuidado está sempre a cargo da mulher, mesmo daquelas que trabalham fora da propriedade.

As agricultoras são também responsáveis de forma exclusiva pelas tarefas domésticas, limpar a casa, fazer a comida, à exceção de uma das entrevistadas, que exige que o marido a ajude a lavar a louça, a mesma que detém total poder de decisão sobre o destino da renda que provém da propriedade;

Três das agricultoras foram as que herdaram as propriedades de seus familiares, são as que detém total poder de decisão sobre o destino da renda familiar, observação, sempre consultando os maridos.

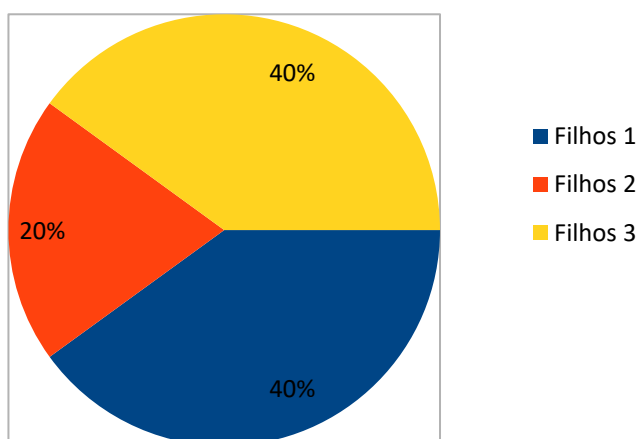
Figura 2 Nível de escolaridade da amostra



Fonte: elaborado pela autora

As agricultoras entrevistadas têm entre 31 e 70 anos de idade, todas frequentaram a escola, as mais velhas tiveram menor grau de instrução comparando, com as agricultoras mais jovens, sendo que as de idade entre 31 a 55 anos cursaram o ensino médio completo, realizaram um técnico e está cursando um superior, já as demais permaneceram menos tempo na escola. Uma das entrevistadas cursa o ensino superior e já tem uma formação de nível técnico, então temos duas agricultoras entrevistadas com um curso técnico, três delas com ensino médio, quatro delas com o ensino fundamental incompleto e uma delas com ensino fundamental completo, como apresentado no gráfico 2.

Figura 3 Número de filhos nas famílias



Fonte: elaborado pela autora

Todas as agricultoras tem filhos, cuja quantidade varia de 1 a 3, como apresentado na figura 3. Apenas uma das 10 agricultoras, não ficava responsável pela educação dos filhos, que necessitam de cuidados especiais.

No que se refere a produção nas unidades, observa-se que o perfil produtivo está vinculado, de modo geral, à produção do tabaco, atividade na qual as mulheres participam do processo produtivo realizando tarefas de auxiliares. Já as demais, três delas, se dedicam a outras atividades, externas a propriedade, das quais é proveniente sua renda, uma é diarista, outra é cuidadora no hospital da cidade, e a outra arrenda sua terra para plantadores de tabaco;

Todas com filhos, todas casadas, apenas uma que se divorciou, todas preparadas digamos assim, para casar, ter filhos cuidar da casa e ajudar o marido.

Das agricultoras entrevistadas as duas aposentadas, e mais três não dependem da renda do marido, a que se divorciou e trabalha de diarista, a que arrenda a propriedade herdada pela família, e a que trabalha de cuidadora no hospital da cidade, já as demais dependem da renda do marido, mas as duas aposentadas relatam que antes de se aposentar dependiam da renda do companheiro.

Nenhuma das agricultoras entrevistadas mora com os pais ou sogros, somente, com os filhos e o companheiro.

4.2 PERFIL DA UNIDADE PRODUTIVA E DIVISÃO DO TRABALHO FAMILIAR

Todas as propriedades são de pequena proporção, todas menores do que dois módulos fiscais, que no Rio Grande do Sul corresponde a 20 hectares. Todas as propriedades lançam mão quase que exclusivamente de mão de obra familiar. Os dois fatores as caracterizam como UPAs de agricultura familiar. A propriedade de menor dimensão tem 0,5ha e não produz nada para comercialização, toda a produção de sua horta é destinada ao auto consumo. A maior propriedade tem 25ha dos quais 7ha produzem brita, 1,5ha é ocupado pelas benfeitorias – casa, chiqueiro, galinheiro e horta, restando assim 16,5ha para o plantio de tabaco. A cultura do tabaco é praticada em sete propriedades, não utilizando esta cultura aquela já citada de apenas 1,5ha e duas outras em que os homens da casa exercem trabalho fora da propriedade: um deles é motorista e o outro trabalha na cooperativa da cidade. Nestas propriedades que cultivam tabaco esta lavoura é responsável pela principal renda da família, mas todas tem horta e fazem lavouras com outras culturas, como milho mandioca, moranga, e abóbora, entre outros.

As entrevistadas relatam que quando crianças ajudavam as mães nas tarefas domésticas, limpavam a casa, cozinhavam, cuidavam das roupas e por vezes ajudavam também no cuidado da horta. Estas práticas reproduzem em suas casas. Com exceção de uma delas que é aposentada, e da agricultora que vive só na propriedade e trabalha fora dela como diarista, as demais trabalham também nas lavouras, uma delas com a carga horária reduzida por conta de limitações físicas.

A divisão de trabalho é muito similar entre todas as propriedades que praticam agricultura pais, com exceção de uma delas nascida em outro município do estado, em Ijuí, cujo marido é motorista e que cuida sozinha da lida da lavoura. As agricultoras trabalham de 8 a 9 horas diárias nas atividades agrícolas além de cuidar de suas hortas e ainda fazerem as tarefas domésticas, auxiliar os filhos nas tarefas da escola, somando entre 14 e 16 horas diárias trabalhadas.

Todas relatam que acordam entre 5h30m e 8h00m da manhã para preparar o café e tomar chimarrão. As que realizam as atividades agrícolas começam cedo na lida, mas antes ainda cuidam de algumas tarefas da casa, como estender as roupas estendidas que forma lavadas na noite anterior, arrumar os filhos para irem para a escola, tratar as criações, ordenhar as vacas. Estas relatam que retornam à casa entre 11 horas e 11:30, para preparar o

almoço, lidar na horta, almoçar, lavar as louças, limpar a casa, e retornar para a lavoura em torno de 13:30 horas. Encerram as atividades agrícolas pelas 18h30m, quando recolhem as roupas, tratam as criações, dobram guardam as roupas, preparam a janta, limpam a casa, lavam as louças, auxiliam os filhos nas tarefas da escola, com exceção da cuidadora, as demais seguem esta rotina, que também era a das aposentadas como por elas relatado.

As agricultoras entrevistadas contam que são os companheiros que fazem as compras da casa e as compras de insumos. A agricultora que vive só por ser divorciada trabalha como cuidadora no hospital local, possui carteira de habilitação e é independente. As demais relataram que não realizam as compras da casa por dependerem do marido para se deslocar até a cidade, e as compras de insumos fica a cargo dos homens pois dizem não ter conhecimento e nunca terem se interessado por esta tarefa, pois quando vão até o comércio geralmente os vendedores são mais atenciosos com os companheiros.

As agricultoras informaram também que as meninas ajudavam as mães nas tarefas domésticas, e os meninos ajudavam os pais na lavoura.

Como momento de lazer elas relataram que são aos domingos quando assistem programas de televisão com a família, vão à almoços de família, passeios na casa de amigos, ou excursões anuais para balneários e praias, organizadas pelo grupo das trabalhadoras rurais da localidade.

4.3 COMO ELAS PERCEBEM SEU PAPEL NA PROPRIEDADE

Em relação a visão que estas agricultoras tem de seu trabalho, elas declaram ter consciência de que a posição delas na propriedade se dá no papel de ajudantes do marido no trabalho agrícola e como responsáveis pelos afazeres domésticos, pela horta, pela criação, educação dos filhos. Declaram que mesmo sendo consultadas elas jamais tomariam nenhuma decisão contra a vontade de seus maridos ou companheiros.

Apenas duas delas tem renda gerada fora da propriedade e se dizem satisfeitas com isto, todas as demais agricultoras sentem falta de ter uma renda própria e as duas agricultoras que recebem aposentadoria por idade relatam que gostariam de ter tido esta renda independente quando ainda eram jovens.

Outro relato que se destaca e é comum à narrativa das agricultoras é em relação à sobrecarga de trabalho. Todas têm a mesma queixa, de que os maridos poderiam ajudar nas tarefas domésticas, pois elas costumam chegar cansadas das atividades agrícolas e ainda tem

que realizar as tarefas domésticas ficando sobrecarregadas, e não permitindo que tenham tempo para cuidar de si mesmas.

As agricultoras entrevistadas, não reclamaram do seu papel na propriedade, pois por costume, cultura, educação, como era na época de suas avós, mães elas se acostumaram com esta situação. A situação de ser mãe, dona de casa e ajudante do marido nas atividades agrícolas.

As agricultoras entrevistadas, com exceção da divorciada e de umas das que herdou a terra dos pais, que decidem tudo sozinhas, as outras relataram que nunca conseguiram decidir sobre nada, sempre foram consultadas, mas jamais decidiram sozinhas.

5. ANALISE DOS DADOS

Qual a percepção destas agricultoras em relação ao seu papel na propriedade?

Conforme informação obtida por relato das entrevistadas, apenas três delas, ou seja 30% da amostra, tem poder de opinião nas decisões acerca da propriedade, estas são herdeiras originais da terra. Duas afirmam que se sentem em uma posição favorável, tomam e tomaram decisões, mas ressaltam que estas decisões foram sempre colocadas em ação com o consentimento ou em conjunto com o conjugue. A terceira entrevistada que também obteve suas terras por herança é divorciada e decide tudo sozinha.

Já as demais sete entrevistadas, ou seja 70% da amostra, afirmam que seus companheiros as consultam, mas já com suas ideias formadas. Neste grupo as propriedades tem origem na família do homem ou foram compradas em parceria pelo casal.

Nas conversas com as agricultoras outro ponto se sobressai: apenas duas das entrevistadas não admitiram frontalmente que o poder de decisão sobre o destino da renda da propriedade ficasse somente nas mãos do marido, para usar sua expressão, pois elas queriam ser tratadas como iguais no casal. As demais oito agricultoras declaram achar normal, o marido decidir sobre tudo, compras da casa, de insumos, e a forma tradicional como se dá a divisão do trabalho, com o papel feminino sendo o de zelar pelo lar, alimentação e educação dos filhos. Elas aceitavam seu papel como “ajudante” na propriedade, seu “papel de doméstica” na casa, deixando as compras e negociações por conta do companheiro. O motivo apontado foi a educação recebida e a reprodução dos costumes de sua família ancestral, pois suas avós e mães eram assim, e foram educadas para exercerem estes papéis que acreditam caber a elas. Afirmam ainda acreditar ser totalmente dependentes dos companheiros, e que se fossem ainda solteiras seriam dependentes dos pais.

Somente uma não afirma ser a responsável pela educação dos filhos, alegando que os filhos, por terem deficiência física, dependiam de fazer acompanhamento na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e pelo fato do marido ser o único com carteira de habilitação, é quem fica responsável por tudo. As demais entendem natural ser responsáveis por esta tarefa, dizendo que não reclamavam e não reclamam, pois acham normal que as mães, por ficarem em casa dedicadas às tarefas domésticas e no convívio dos filhos devam também assumir o papel de educadoras.

Uma das agricultoras admitiu que aceitava e cobrava a ajuda do marido no desempenho das tarefas domésticas, argumentando com a seguinte frase: “Assim como eu ajudo na lavoura, ele pode me ajudar em casa.”. O marido ajuda, muitas vezes sem que ela peça, pois está convencido deve ajudar. As demais não pedem a ajuda dos companheiros, nem mesmo a que está separada atualmente, não o fazia quando vivia com seu companheiro.

Como já citado acima, somente uma das agricultoras possui carteira de habilitação e duas tem vontade de obtê-la. As demais não se importavam em continuar dependendo dos companheiros, ou alegam que não teriam tempo para realizar as aulas, pois teriam que deixar de lado os outros afazeres. Mencionam também que o investimento necessário pode ser destinado para outro fim que fosse para o uso de todos da família, como por exemplos por elas citados: reforma da casa, aquisição de algum móvel, conserto de algum bem, como trator, automóvel, ou maquinário de beneficiamento agrícola, ou mesmo uma viagem em família.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o grupo de amostra entrevistado é nítido um padrão comum, que é o do homem como chefe da família e do negócio. Somente duas das agricultoras entrevistadas tomam decisões sobre os destinos das rendas, uma por estar divorciada, e a outra porque herdou a propriedade da família, e assim o exige, já as demais apesar de consultadas, sempre acabam concordando com os companheiros. Durante as entrevistas ficou bem claro, que as agricultoras ressaltavam que “...Ah! Desde o tempo da minha vó era assim, minha mãe foi criada assim, me criaram, assim.”.

Considerando todas as informações colhidas, com base nas entrevistas das agricultoras da Linha Teutônia- Agudo/RS, conclui-se que a desigualdade de gênero se faz presente na localidade. Entretanto, percebe-se que algumas delas não tem ciência disto e outras não dão relevância a esta questão.

Um dos fatores que leva à passividade e aceitação como natural da desigualdade de gênero é a forma como foram são educadas, pois reproduzem o comportamento de suas genitoras. Foram educadas pelo modelo familiar a este papel secundário, de ajudantes sem crédito dos maridos, trabalhadoras domésticas, mães. Não se percebem no direito de compartilhar o comando da propriedade e da família, de tomar suas próprias decisões.

Hoje talvez o caminho das meninas seja diferente, por terem maior acesso à informação pela inclusão digital, por melhor acesso à educação formal e por não se casarem tão cedo.

Outro ponto que chama atenção é o fato comum de que as relações de comércio, não apenas a venda da produção, mas também as compras da propriedade e família fiquem por conta dos homens. Quando questionadas sobre este ponto as agricultoras responderam argumentando que isto se dá por serem eles a saber dirigir e ter habilitação, e também por serem tratados com mais respeito pelo atendimento do comércio local, sendo os vendedores são mais atenciosos com os homens do que com as mulheres.

A carga de trabalho exercida por essas agricultoras também era algo considerável, pois elas chegavam a trabalhar em torno de 14 horas por dia, menos as aposentadas que devido a idade e as limitações físicas, diminuíram o ritmo de trabalho. É notável que seu trabalho por não gerar renda direta se torna invisível.

Há ainda a destacar o fato de terem percepção de que lhes falta uma renda própria e se sentirem desgostosas de depender do marido financeiramente, mas não reivindicarem que parte da renda da propriedade, e de seu árduo trabalho, lhes seja destinada. Foi possível perceber que estas mulheres sem tempo para si mesmas perderam o hábito do próprio cuidado, da vaidade e do aprumo. Cuidando de tudo à sua volta e se colocando sempre em último plano.

Um fator que pode ser averiguado na relação de causa deste conformismo com a própria situação de dependência pode estar nas tradições coloniais do município, com origens italiana e alemã e o isolamento dos centros urbanos maiores e mais cosmopolitas. A reprodução dos padrões de comportamento das gerações precedentes faz com que a desigualdade de gênero seja naturalizada, razão pela qual estas mulheres realmente nem reconheciam que estariam passando por esta situação.

Há, todavia, algum avanço, tornado perceptível na análise das entrevistas. Diferente de suas mães e avós elas hoje decidem quantos filhos querem ter, são consultadas sobre o destino da renda da propriedade, apesar de não opinar, incentivam as filhas a permanecerem mais tempo na escola.

Com base nas entrevistas se pode notar que estas mulheres guardam sonhos de maior independência, que pode ter a simples forma de uma carteira de habilitação, desejam uma renda que possam ter como sua. Vislumbram a possibilidade de seus filhos chegarem a um curso superior, o que lhes emprestaria a satisfação de uma realidade diferente da sua para a nova geração.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Artigo **Divisão sexual do trabalho**: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. Trabalho, educação e saúde, v. 11, n. 2, p. 271-289, 2013.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura**: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas, 2004.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

FRANÇA, Elizabeth Oleriano. **Igualdade de gênero no meio rural**: políticas públicas para igualdade de gênero no meio rural. JUSBRASIL, meio digital. 2020. Disponível em <https://elizabetholeriano.jusbrasil.com.br/artigos/854487073/igualdade-de-genero-no-meio-rural>, acesso em 01/05/2020

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de empresas 35 (1995): 20-29.

HEILBORN, Maria Luiza; RODRIGUES, Carla. Gênero: breve história de um conceito. Aprender-Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, n. 20, 2018.

HIRATA, H.; LEITE, S. C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

JALIL, Laeticia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar**: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2009.

KÉRGOAT, D. **Novas Configurações da divisão Sexual do Trabalho**, In: Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595, set. dez.2007.

LEMOS, Maria Isabel Louzada. **Desigualdade de gênero no meio rural: avanços, desafios e participação política das agricultoras.** 2018.

LIPKE, L. L., & Valente, V. (2010). **Potencialidades Comerciais da cidade de Agudo, RS.** *Disciplinarum Scientia| Ciências Humanas*, 11(1), 41-60.

LUSA, M. G. **Relações de gênero no campo: a superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica e o papel dos assistentes sociais.***Revista Gênero*, 13(1). 2012

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad. Rubens Enderle et al. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 35-36

MELLO, Patrícia Rocha; SILVA, Cláudio Renato Moraes da. **A Biblioteca volta às infâncias: incentivo à leitura através de uma proposta de Biblioteca Itinerante sobre rodas, na comunidade rural de Cerrito, RS.** XVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação 22 a 24 de julho de 2015

MELLO, Soraia Guimarães de; QUIRINO, Raquel. **A Divisão Sexual do Trabalho e as Relações de Gênero no Meio Rural, Florianópolis, 2017,**

NASSER, Ana Cristina, Tradução **A pesquisa qualitativa** Enfoques epistemológicos e metodológicos, editora Vozes, 2017.

QUIRINO, Raquel. **Divisão Sexual do Trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teóricas conceituais em uma perspectiva marxista,** *Revista Trabalho & Educação*

RIBAS, Beatriz Aparecida Maiques. **A desigualdade de gênero na magistratura, DIR Higienópolis,** 2018

RIO GRANDE DO SUL. DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Estudo do DEE/SPGG aponta desigualdade de gênero nas atividades ligadas ao campo no RS.**

Revista virtual. Gov. RS Novas Façanhas. Disponível em <https://estado.rs.gov.br/estudo-do-dee-spgg-aponta-desigualdade-de-genero-nas-atividades-ligadas-ao-campo-no-rs>. Acesso em 02/04/2022..

SANTOS, Bruno Almeida. Divisão do trabalho no capitalismo: a obra O Capital de Karl Marx, editora Universidade Federal da Grande Dourados, 2020

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil, 2008.

SCHWENDLER, S.F. A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento. University of Nottingham: Inglaterra, 2002. Disponível em <http://www.landless-voices.org>. Acesso em 27.05.2015.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. gênero e geração em contextos rurais, 2010.

SILVA, Jarbas Barbosa da; BARROS, Marilisa Berti Azevedo. Epidemiologia e desigualdade: notas sobre a teoria e a história. Revista Panamericana de Salud Publica, v. 12, p. 375-383, 2002.

SILVA, Michel Goulart da SCHUH, Thalia Jaqueline, MARX, ENGELS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, Instituto Federal Catarinense 2015.

Site Conceito.de. <https://conceito.de/desigualdade> Equipe editorial de Conceito.de. (3 de julho de 2020). Conceito de desigualdade, visitado em 01 de maio de 2022.

SOUSA, L. P. e GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Estudos Avançados. v. 30, n. 87. 2016. pp. 123-139.

SOUZA, Marcelo Pereira. Perspectiva quali-quantitativa no método de uma pesquisa. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, 2018.

SOUZA, Marta Conceição de Lima, e DIENG, Mamadou. "Características da Pesquisa Científica Baseada no Método Misto: Um Estudo com Enfoque em Contabilidade Gerencial."

4th UnB Conference on Accounting and Governance & 1º Congresso UnB de Iniciação Científica-CCGUnB. 2018.

TEIXEIRA, Daniel Viana. "Desigualdade de gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres." *Revista Direito GV* 6 (2010): 253-274.

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Idade
 2. Estado civil: () solteira casada() divorciada ()Tem filhos, quantos?
 3. Escolaridade:
 4. Tipo de moradia: ()alugada/arrendada ()cedida própria()
 5. Caso seja própria: () foi adquirida pelo casal ()fruto de herança De qual dos lados?
 6. Tamanho da propriedade?
 7. O que produz na propriedade?
 8. Qual a origem da renda da propriedade?
 9. –Você tem renda própria ou depende do conjugue?
- Listar atividades de produção de domésticas, atividades do cotidiano:
10. Como é feita a divisão do trabalho em relação a propriedade e em relação aos afazeres da casa?
 11. Quais são as principais atividades realizadas pelo companheiro?
 12. Quais são as atividades realizadas por você?
 13. Especificamente em relação às atividades abaixo, por quem são realizadas e quanto tempo é gasto em cada atividade?
 14. Por conta de quem fica com a educação do/a(s) filho/a(s)?
 15. Todos os/as filhos/as tem acesso a escola?
 16. Quem leva o/as filho/as na escola?
 17. Quais atividades dos/as filhos/as na propriedade?
 18. Que atividades fora da propriedade o companheiro realiza?
 19. Que atividades fora da propriedade você (mulher) realiza fora da propriedade?
 20. Qual tempo e quais são as atividades de lazer da família? Da mulher?
 21. Qual a visão que a entrevistada tem em relação ao seu papel na propriedade?
 22. E em relação ao seu poder de decisão tanto na propriedade?

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “título do projeto/tcc” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “título do projeto/tcc” – do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “descrever os objetivos”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “Nome completo” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

(Cidade local) , ____/____/2022